AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 — Nº 9 5 DE OUTUBRO DE 1979

PERIODICOS

CMES FREIR 18. X. 79 DR-RIO

BRASIL CORREIO 0130 10416

ESCOLA ADM EMPRESAS FGV - SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029/10 ANDAR
SAO PAULO SP
E066

25 OUT 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretárias	Brunhilde Dora Gabsch
	Eliane Maria de Souza Pachêco
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	José Frederico Valladão Koplin
	Andréa Delmonte
	Iracema Bouza Pessôa
	Marcia Mury Alves
	Rogério Carneiro Campello
	Frederico A. N. B. Neto

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –;1977–
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

ÍNDICE

	Páginas
Análise	
Café	4
Comentários	
Açúcar	8
Algodão	8
Carne	11
Sucos	12
Trigo	14
Panorama Agropecuário	
Preços no Mercado Externo	16
Preços no Mercado Interno	18
Preços Relativos	20

NOTA DA EDIÇÃO

Seis produtos têm a sua situação de mercado examinada neste número de "Agroanalysis": café, açúcar, algodão, carne, suco de laranja e trigo. A análise mostra que, apesar da diversidade dos seus problemas, existem reflexos, em cada um deles, da crescente inserção do setor agrícola brasileiro no comércio mundial.

Com relação ao café, trata-se de conciliar dois objetivos em grande parte contraditórios: sustentar as cotações acima do nível de US$ 2,00/lb e aumentar a participação do Brasil no mercado mundial. A meta de US$ 4 bilhões, para 1980, exige para ser alcançada a manutenção de preços altos e a exportação de 15 milhões de sacas. Mas, para isso, o Brasil teria que mudar radicalmente a sua política de vendas no próximo ano e, provavelmente, que contar, também, com a ocorrência de fatores climáticos aleatórios como elemento de sustentação dos preços.

No mercado de açúcar, os preços mostram sinais de recuperação em função de um crescimento expressivo do consumo mundial. Para o Brasil, cujo setor açucareiro enfrenta séria crise, os reflexos dessa alta das cotações podem ser extremamente positivos. Existe a possibilidade, contudo, de que uma alta significativa nos preços do açúcar acabe por alterar os dados econômicos em que se baseia o Proálcool. Sob o ponto de vista da arrecadação de divisas, ou mesmo com respeito ao estímulo à produção de álcool, essa alta de preços não chega a inquietar. As cotações do açúcar e do álcool estarão, daqui por diante, indissoluvemente ligadas, sendo que as do carburante se beneficiarão, ainda, de qualquer nova elevação dos preços do petróleo. O que preocupa, num contexto de alta das cotações internacionais, é a oferta interna do produto para utilização pelos veículos movidos exclusivamente a álcool que serão produzidos pela indústria nacional.

Neste sentido, vale a pena proceder a reavaliações periódicas dos números do Protocolo assinado entre empresas e governo, a fim de

Agroanalysis 3(9): 1-2,
outubro 1979

evitar sérios descompassos entre a oferta e a demanda internas de álcool que resultem em graves custos sociais para o país.

Quanto ao algodão, tudo indica que tão cedo o Brasil não voltará a exportar quantidades significativas. Concorrem, para isso, a demanda doméstica crescente, a alta das cotações internas e a previsão de queda nos preços internacionais com a próxima entrada da safra dos EUA, cujo crescimento estimado é de 30% sobre o resultado anterior.

Por outro lado, a elevação dos preços da carne no mercado interno já suscita especulações sobre o surgimento de um "excedente" exportável. Ocorre, no entanto, que a recuperação do rebanho brasileiro deverá ocorrer simultaneamente com a dos principais rebanhos bovinos do mundo, o que tornará problemática a colocação do produto nacional no mercado externo. Sendo assim, uma alta menos acentuada dos preços que não provoque retração excessiva da demanda talvez seja, a médio prazo, do interesse dos produtores de carne bovina. Sobretudo, levando-se em conta a rápida expansão da oferta de outras carnes.

Ao contrário, as perspectivas para as exportações de suco de laranja, em 1980, são boas. A safra dos EUA, este ano, deve sofrer redução de 7% em relação a 1978, o que abre novas oportunidades para as vendas brasileiras.

A triticultura, por sua vez, viveu momentos de euforia, este ano, quando a safra chegou a ser estimada em mais de 4 milhões de t. Esse resultado, fruto de uma significativa expansão da área plantada poderá vir a ser frustrado em função das enchentes que ocorreram, no início de outubro, no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, espera-se, ainda uma safra recorde que contribuirá para reduzir os gastos com a importação de trigo no próximo ano.

Não é desejável, contudo, que esse fracasso de última hora provoque um retrocesso na expansão da lavoura tritícola no Brasil. Sobretudo porque a experiência desta safra revela que o país possui um potencial produtivo superior ao que se imaginava. Além disso, fatores circunstanciais como, por exemplo, a perspectiva de alta nas cotações internacionais e a aceleração das desvalorizações cambiais, desaconselham qualquer medida de desestímulo à produção nacional. Mas a conjuntura favorável ao prosseguimento da política de substituição das importações de trigo não dispensa o país, por outro lado, de aumentar os esforços no sentido de desenvolver variedades mais produtivas e/ou mais resistentes às condições particulares do clima brasileiro, de modo a reduzir os custos da produção nacional de trigo. A médio prazo, somente os progressos da pesquisa fitossanitária poderão garantir a viabilidade econômica da produção de trigo no Brasil.

Para o país, o ano de 1980 poderá iniciar-se, portanto, em melhores condições do que o de 1979, pelo menos com relação a três fatos positivos na área agrícola: cotações internacionais para o café acima de US$ 2,00/lb (dependendo do potencial de oferta e da política de vendas dos países centro-americanos até o final do ano) contra US$ 1,35/lb em janeiro de 1979, preços em ascensão para o açúcar e substanciais economias em divisas proporcionadas por uma safra recorde de trigo.

A POLÍTICA ALTISTA DESENCADEADA PELOS PAÍSES PRODUTORES LATINO-AMERICANOS SUSTENTOU AS ELEVADAS COTAÇÕES INTERNACIONAIS DO CAFÉ DURANTE O MÊS DE SETEMBRO. ESTA LUTA POR PREÇOS MAIS REMUNERADORES, ENTRETANTO, NÃO DEVE ESCONDER A PRINCIPAL PROBLEMÁTICA DO MERCADO. OU SEJA: A EVOLUÇÃO POUCO ANIMADORA DO CONSUMO MUNDIAL. O BRASIL, POR SUA VEZ, TERÁ DE COMPATIBILIZAR SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS COM A NECESSIDADE DE RECUPERAR MERCADOS PARA O CAFÉ BRASILEIRO. ISTO PORQUE O POTENCIAL PRODUTIVO DO PAÍS ESTÁ EM TORNO DE 30 MILHÕES DE SACAS/ANO, E AS EXPORTAÇÕES, EM 1979, NÃO DEVERÃO ULTRAPASSAR 12 MILHÕES DE SACAS. O ARTIGO APRESENTA UMA ANÁLISE DESTA QUESTÃO.

Contrariando a expectativa de muitos analistas do mercado, as cotações internacionais de café mantiveram-se, durante o mês de setembro, em patamar bastante elevado. Este fato merece um esforço de análise porque, segundo as estatísticas disponíveis, a quebra das safras do Brasil, deste e do próximo ano, não serão suficientes para determinar uma situação de aperto de oferta no mercado mundial do produto. Nestas condições, esperava-se que os preços declinassem levemente em setembro, uma vez que os riscos de novas geadas no Brasil eram reduzidos.

Durante o mês de junho, os preços do café aumentaram fortemente diante da incerteza quanto à extensão dos danos provocados pela geada que, em fins de maio, atingira algumas regiões produtoras brasileiras, e do temor de que novas geadas se verificassem. Os informes de massas frias se aproximando das áreas de café do Brasil provocaram, também, forte aceleração da taxa de crescimento dos preços nas bolsas internacionais durante este mês. No mercado, todos sabiam que a recondução dos estoques mundiais a níveis de segurança estava comprometida. Mas, em que proporção? A falta de uma resposta precisa levou a média semanal dos preços da Bolsa de Nova York para entrega em setembro/79 (ver gráfico) a aumentar de US$ 1,5711/lb para US$ 2,1437/lb em um mês (média da última semana de maio e junho, respectivamente).

Assim que se tornaram disponíveis estimativas confiáveis sobre os danos provocados pela geada, muitos observadores passaram a acreditar que os preços oscilariam em patamar acima de US$ 2,00/lb até o final do inverno no Hemisfério Sul para, a partir de então, declinar levemente. Esta expectativa em relação ao comportamento dos preços baseava-se na certeza de que os importadores não poderiam se ausentar do mercado, como pretendiam, durante o período de maior risco de geadas no Brasil (ver Agroanalysis, vol. 3, nº 7-8) bem como só efetuariam compras maiores a partir de meados de agosto, quando seria necessário reforçar os estoques para enfrentar o aumento de demanda durante o inverno na Europa e E.U.A. Este aumento de procura, no entanto, seria compensado, acreditava-se, pela tendência baixis-

ta que, normalmente, o final do inverno do Brasil empresta às cotações do café. Adicionalmente, a partir de meados de setembro até o início de novembro, o Brasil deverá ser o único fornecedor de grandes quantidades de café presente no mercado. Isto porque, neste período, os demais países produtores da América deverão estar com seus estoques bastante reduzidos. Esperava-se, então, que o IBC procurasse forçar a venda de café brasileiro, neste período, dentro de uma política que já delineava, embora timidamente, desde que a nova administração assumiu o comando dos negócios do café brasileiro. Assim, o aumento da participação do Brasil no mercado, e o final do período de risco de geadas seriam fatores capazes de compensar o aumento da demanda que se verificaria naqueles meses.

No entanto, em julho, apesar do risco de novas geadas no Brasil, as cotações apresentaram forte tendência baixista. Em Nova York, a média semanal do preço do café para entrega em setembro/79 declinou de US$ 2,1437/lb para US$ 2,0372/lb (última semana de junho e de julho, respectivamente). Em agosto, novamente contrariando a expectativa inicial do comportamento dos preços, as cotações ascenderam fortemente, recuperando a baixa verificada no mês anterior e, em setembro, apresentaram relativa estabilidade mas em patamar elevado.

Este comportamento inesperado das cotações encontra explicação na combinação de alguns novos fatores que vieram a ocorrer. Ao contrário do previsto, o Brasil praticamente se limitou, em agosto e setembro, a procurar compradores para suas vendas frias. Enquanto isso, parte da oferta brasileira era negociada a preços significativamente inferiores aos de mercado através do Paraguai. Contribuiu também para a sustentação dos preços a participação bastante ágil no mercado do Fundo de Bogotá.

Evidentemente, tanto o comportamento do Brasil no mercado internacional quanto a agilização das intervenções do Fundo de Bogotá, objetivam um mesmo fim: a valorização dos preços internacionais do café. Objetivo, aliás, perseguido, há anos, quase que solitariamente pelo Brasil. No entanto, os riscos e os custos das duas formas de intervenção são bastante distintos e aconselham uma tentativa de análise em separado. Os países membros do Grupo de Bogotá arcaram com os custos financeiros da formação do Fundo e correm o risco de ver a demanda internacional retrair-se. Os custos financeiros foram repartidos entre os membros e têm trazido benefícios, em termos da valorização dos preços internacionais, a todos os países produtores. Por sua vez, a retração da oferta brasileira, apesar de benéfica aos interesses de curto prazo de todos os países produtores, acarretará custos aos quais o Brasil terá de fazer frente isoladamente. Entre esses custos podem ser incluídos a diminuição da receita das exportações de café em relação à que corresponderia à venda de 13 a 14 milhões de sacas este ano (meta vigente no 1º semestre), bem como o desperdício da oportunidade de reconquistar mercados perdidos nos últimos anos. Adicionalmente, o país ainda está pondo em risco os mercados que ainda controla, pois a cada negócio não concretizado pelo Brasil, algum outro país produtor tem a chance de conquistar um novo cliente.

A retração recente da oferta brasileira

Quanto da geada de maio último, por motivos ainda não explicados suficientemente, o IBC atrasou-se em suspender os registros de venda de café brasileiro (ver Agroanalysis vol. 3, nº 7-8). Tendo em vista os prováveis danos que a geada teria provocado nos cafezais atingidos, era evidente que o registro seria suspenso e, quando reaberto, seriam reajustados tanto o preço mínimo de exportação quanto a cota de contribuição. Assim, os negociantes que lograssem autorizações de vendas aos preços antigos seriam beneficiados pela mudança das condições do mercado que se avizinhava. A demora do IBC possibilitou o registro de expressiva quantidade de negócios fictícios avaliados em torno de 1 milhão de sacas.

Objetivando facilitar a colocação dos volumes assim registrados, a autarquia, posteriormente, optou por admitir exportações apenas para embarques em outubro, afirmando que as vendas externas de café brasileiro, em 1979,

vinham desempenhando "performance" bastante satisfatória, e que seria aconselhável reduzir o ritmo das vendas, tendo em vista o nível reduzido dos estoques internos de café e o comprometimento da próxima safra.

A partir de então, outros mecanismos foram acionados, os quais, se não objetivavam principalmente reduzir a oferta externa de café, pelo menos na prática, tiveram este efeito. De uma forma gradual, foi sendo reduzida a margem entre o preço mínimo de exportação e o confisco cambial, ao mesmo tempo em que eram concedidos incentivos à retenção de café no interior. Em conseqüência, os preços recebidos pelos cafeicultores não acompanharam, sequer à distância, a evolução das cotações internacionais.

Sendo assim, os produtores passaram a reivindicar, junto às autoridades governamentais, compensações pelo fato de não poderem se beneficiar integralmente da alta nas cotações internacionais. Neste sentido, chegou-se a cogitar da instituição de um subsídio ao consumo interno de café, por coincidência, quando tanto se tem ameaçado eliminar o subsídio do trigo. Ao menos a primeira sugestão, talvez num crédito de confiança ao bom senso, não deverá ser implementada. Obviamente, um mercado que já chegou a consumir, em um ano, 8 milhões de sacas e cujo consumo per capita vem decrescendo sensivelmente, carece de atenção especial dos empresários do setor. No entanto, a baixa qualidade do produto consumido internamente, bem como os seguidos aumentos dos preços do varejo (que em última instância, são de responsabilidade dos mesmos empresários), ao menos em parte, são fatores que respondem pela gradual deterioração do mercado.

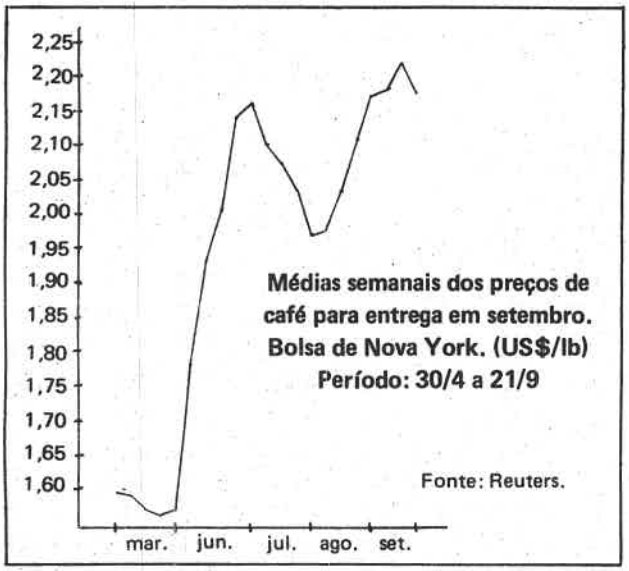
Recentemente, atendendo a mais uma das reivindicações compensatórias do setor produtor, o Conselho Monetário Nacional aprovou a elevação de 60% para 80% do percentual financiável sobre o preço de garantia do café. Se considerarmos que, no atual ano-safra, foi adotado o sistema de preços de garantia crescentes, deverá ser ponderável o efeito do aumento do crédito de comercialização em termos de retenção do produto no interior. Se, por um lado, aquela medida veio facilitar a tarefa do produtor rural de administrar seu estoque ao longo do período de comercialização, por outro, agirá como importante fator de estímulo à retenção da oferta externa de café brasileiro.

Este conjunto de medidas certamente contribuiu para a manutenção de preços externos a níveis bastante atrativos, até o momento. Se o Brasil mantivesse a meta de exportar 14 milhões de sacas em 1979, a tarefa do Sr. Ricardo Falla, administrador do Fundo de Bogotá, seria, provavelmente, mais árdua.

A maior presença do Fundo no pregão das Bolsas de Nova York e Londres, a retração da oferta externa brasileira, justo quando as condições do mercado pareciam indicar uma expansão, certamente não constituem movimentos desarticulados e tampouco esgotam a munição dos países produtores na busca (desta vez, talvez, mais séria) de preços mais estáveis e remuneradores.

A oportuna visita ao Brasil, do Gerente da Federação Colombiana dos Cafeicultores, pode ter contribuído para que fossem dados alguns passos naquela direção. Suas declarações causaram, ao menos, perplexidade. Isso porque a política de vendas da Colômbia, nos últimos anos, tem sido calcada no firme propósito de conquistar parcela dos mercados dos demais ofertantes. Até recentemente, oferecia substanciais descontos às empresas que se comprometessem a aumentar a participação do café colombiano na composição de seus "blends". Em quase todas as oportunidades em que o Brasil tentou promover a redução da oferta internacional, através da suspensão das vendas externas do grupo de produtores por ele liderado, objetivando recuperar eventuais reduções das cotações internacionais, a Colômbia soube, como ninguém, valer-se da situação para conquistar novos clientes. Em diversas oportunidades, a política de valorização dos preços internacionais foi obstaculizada justamente pela estratégia de vendas da Colômbia.

Esta repentina mudança de comportamento aconselha cautela aos demais participantes do movimento, principalmente o Brasil que, inúmeras vezes, pagou caro e sozinho a conta



da festa. Ainda no mês de julho passado, quando os preços internacionais sofriam repetidas quedas, a Colômbia não hesitou em acompanhar aquelas reduções com reajustes para menos em seu preço de exportação, de forma a colocá-lo em posição particularmente atrativa em relação aos demais países. Que surpresa não causou quando, como por um passe de mágica, o Sr. Jaramillo surgiu falando de OPEC, acordo de comercialização com o Brasil, política de valorização de preços, Grupo de Bogotá, etc.

Obviamente, as declarações do representante colombiano estão articuladas com o aumento recente da atividade do Fundo de Bogotá nas bolsas internacionais e, possivelmente, como acreditam alguns observadores do mercado, à desaceleração das vendas brasileiras. Esses observadores apresentam duas interpretações relativas ao objetivo do movimento:

1) em comum acordo com o Brasil, que realmente pretenderia desacelerar suas vendas no final deste ano, alguns países latino-americanos, cujas novas safras estarão em mercado nos dois últimos meses do ano, estariam buscando artifícios que se mostrassem capazes de manter os preços elevados até o período da entrada de suas safras. Ao mesmo tempo, a pequena oferta que se verificaria no mercado até novembro, constituiria um obstáculo à formação dos estoques das torrefadoras norte-americanas e européias relativos aos períodos de inverno no Hemisfério Norte. Assim, no início de novembro, quando a disponibilidade de café no mercado começasse a aumentar, existiria uma demanda significativa por satisfazer;

2) visaria, tão somente, a promover uma maior articulação dos países produtores, de forma a aumentar a possibilidade de obter algum êxito nas negociações no âmbito da Organização Internacional do Café. A proposta encaminhada recentemente ao Congresso norte-americano, sugerindo a aprovação das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, seria um dos primeiros resultados mais significativos da iniciativa dos produtores.

Parece-nos que a tentativa de se obter um Acordo Internacional favorável aos produtores, bem como a busca de preços internacionais mais estáveis e remuneradores, são objetivos que devem ser perseguidos articuladamente pelos países exportadores. No entanto, a busca destes objetivos não pode obscurecer a visão do problema principal que se coloca para todos os participantes dos negócios de café, qual seja, a estagnação do consumo mundial. A nível dos interesses individuais dos países produtores, cada qual precisa, também, avaliar, a cada momento, os custos daquela empreitada. A posição brasileira neste episódio, se, por um lado, constitui uma das pedras de toque do movimento, por outro, poderá significar o desperdício de uma oportunidade para se tentar reverter a tendência, que, há anos, se verifica de redução da participação brasileira no mercado internacional.

Mesmo que seja conquistado, nas negociações na OIC, um preço-gatilho, vantajoso no ponto de vista dos exportadores, não será inquestionável que o Brasil tenha sido beneficiado. Isto porque, entre outros motivos, a conta de exportação que nos caberá será certamento menor que a atual, e não se pode esquecer que o potencial produtivo brasileiro está em torno de 30 milhões de sacas/ano. É urgente a necessidade de viabilizar a colocação desta quantidade, o que, evidentemente, não será conseguido através de incentivos ao consumo interno, e, muito menos, de restrições às exportações.

Comentários

AÇÚCAR

Perspectivas de alta

As cotações do açucar no mercado internacional vêm apresentando, nos dois últimos meses, uma tendência de alta. Excluídos os fatores que escapam a uma previsão — como a recente perda de parte da safra dominicana atingida pelo furacão "David" — tal tendência pode ser interpretada como resultante de uma expectativa de melhoria no mercado açucareiro.

Um primeiro aspecto que favorece esta expectativa está ligado às últimas previsões referentes à produção e consumo mundiais para o próximo ano. Desta forma, a produção mundial não deverá ir muito além de 91 milhões de t (91,3 milhões, no ano anterior). À estagnação da produção contrapõe-se uma elevação significativa do consumo, prevendo-se um total aproximado de 94 milhões de t (4% acima do consumido no ano passado). Esse crescimento do consumo acima do nível da produção mundial pode ser explicado parcialmente por um aumento da demanda em países do Oriente (em especial China e Índia).

O segundo aspecto refere-se à expectativa quanto a uma possível ratificação do Acordo Internacional do Açúcar por parte dos EUA, logo após a aprovação pelo Congresso norte-americano de sua legislação açucareira interna. Assim, admite-se que ocorra uma definição relativa ao Acordo entre o final de outubro e o início de novembro, o que poderá colocar os preços do açúcar em um patamar mais elevado.

O fato de que os EUA venham a se tornar signatários do AIA poderá facilitar a adesão da CEE. Atualmente, a Comunidade tem arcado com pesados subsídios concedidos a seus produtores. Entretanto, o que ainda dificulta sua integração no Acordo é a existência de um excedente exportável considerável (3,2 milhões de t, no último ano), situação que leva a CEE a rejeitar as quotas de exportações fixadas pelo AIA.

Para o Brasil, reveste-se de grande interesse a perspectiva da ratificação do AIA pelos EUA e pela CEE, visto que isto não somente garantiria preços para o produto na faixa entre US¢ 11/lb e US¢ 21/lb-peso (fixado como meta pelo AIA) como, também, representaria uma redução das exportações européias, que hoje concorrem com nossas vendas.

Uma recuperação do mercado açucareiro, ainda que não ocorra nos níveis registrados há cinco anos atrás, ocasionará reflexos internos em nosso país. Isto porque parte da cana de açúcar produzida tem sido dirigida para a produção de álcool. Uma elevação dos preços do açúcar no mercado externo poderia provocar um novo interesse pela produção açucareira, ameaçando as metas fixadas pelo PROÁLCOOL.

ALGODÃO

Subsídio à exportação é necessário?

Um produto é considerado gravoso quando os custos internos de produção superam sua cotação no mercado internacional. Esta definição, entretanto, parece não ser aplicável ao algodão brasileiro no ano em curso. Tomando-se o algodão norte-americano como termo de comparação, verifica-se que na safra 1978/79, o algodão brasileiro custou praticamente o mesmo para ser produzido. Segundo estimativa da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), o custo total (variável + fixo) de produção do algodão em caroço paulista para a safra 1978/79 foi de Cr$ 7,7/kg e o preço cotado no mercado internacional se situou acima deste em 40%.

Porque então o algodão brasileiro é tido como gravoso? Duas razões podem ser levantadas. A primeira é que, às vezes, as cotações

Brasil
Balanço de Oferta e Demanda
Algodão em Pluma — 1979
(em mil t)

	Antes da quebra	Após a quebra
1. Estoques Iniciais	108	108
2. Produção		
Meridional (78/79)	396	396
Setentrional (79/80)	165(**)	140(E)
Brasil (79)	561	536
3. Suprimento	669	644
4. Consumo	525	525
5. Excedente (4-3)	144	119
6. Exportação (*)	0,098	0,098
7. Estoques Finais (5-6)	143,9	118,9

Fonte: CFP.
(*) Jan-Jul/79.
(**) Média entre 160/170 mil t.
(E) Estimativa extra-oficial.

internas se elevam acima das internacionais em virtude de alterações conjunturais no comportamento do mercado, tornando mais interessante a venda no mercado doméstico. A segunda, decorre do impacto sobre o preço do produto brasileiro das despesas que o algodão sofre até o porto de embarque. No período que se pretende analisar — janeiro a julho de 1979 — a gravosidade não pode ser atribuída ao primeiro fator, uma vez que os preços dos tipos de algodão brasileiro que concorrem no mercado internacional sofreram uma certa retração. As cotações dos tipos 6 e 6/7 cairam nominalmente 2% ao mês, enquanto o preço internacional (INDEX B-Liverpool) apresentou uma queda menor (0,5% ao mês) durante o mesmo período.

Por outro lado, as despesas que o algodão sofre até o ponto de embarque majoraram o preço cotado na Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) em 24%, sendo esse percentual em grande parte responsável pela gravosidade no período em questão. Assim, na ausência de subsídios que amenizassem o diferencial entre os preços internos e internacionais, seria aparentemente impossível exportar algodão. No entanto, as vendas externas de algodão aparecem na pauta das exportações brasileiras entre janeiro e junho, ainda que em volume insignificante se comparado àquele colocado no exterior no mesmo período do ano passado (98 t contra 13.767 t). Na verdade, este pequeno volume resultou mais de uma situação de aperto na oferta do que de uma dificuldade de competir com os preços internacionais. Isto porque o preço médio de exportação foi praticamenteo da paridade internacional (62,00 ¢/lb-peso), enquanto que o algodão brasileiro deveria ser vendido em torno de 76,00 ¢/lb-peso, caso a gravosidade fosse da ordem de 24%, como é em geral alegado. Se oficialmente inexiste o subsídio e se, mesmo sem ele, consegue-se exportar ao nível de preços internacionais, por que o setor insiste em pleitear um subsídio à exportação junto ao governo?

Primeiramente, é preciso analisar sobre que estruturas está montado o setor exportador de algodão. Cerca de 70% das exportações deste produto são controlados por três empresas, cuja estrutura de custos permite absorver a gravosidade, o que já não acontece com as empresas de menor porte. É verdade, contudo, que se não fosse vantajoso para as grandes empresas tentar manter ativo o mercado externo do algodão brasileiro, elas não incorreriam no

ônus de deixar de receber pelo seu algodão o preço interno (cerca de 73,00 ¢/lb, média alcançada de janeiro a julho deste ano).

Se a parcela majoritária do setor exportador consegue colocar o produto no exterior sem subsídio, a quem interessaria a concessão dos mesmos? Certamente, às empresas que não partilham do controle do mercado e que gostariam que suas fatias fossem alargadas. Entretanto, se este subsídio for distribuído igualmente, a posição das três empresas controladoras do mercado não se modificaria frente às demais, pois além da vantagem de exportar a custos menores receberiam um subsídio que poderia, até mesmo, amenizar o esforço de competição. Caso não se pretenda modificar a concentração vigente na exportação do setor, não há porque conceder subsídio. Assim, se o objetivo é fazer com que um maior número de empresas possam concorrer em igualdade de condições, seria necessário rever os reais beneficiários dos subsídios. Uma preocupação, aliás, que poderia ser adiada para o próximo ano, uma vez que o atual aperto no suprimento interno impede qualquer exportação substancial no segundo semestre deste ano.

Uma quebra de 15%

A quebra da safra setentrional 1979/80, resultante da seca que se abateu na região, reduziu a estimativa de produção de 160/170 mil t para 140 mil t, ou seja, uma quebra em torno de 15%. O suprimento nacional, por conseguinte, será insuficiente para garantir à indústria o mínimo de segurança nos seus estoques, o equivalente a 3 meses de consumo. Em números, o excedente deste ano se reduziria das 143 mil t, em média, para 118 mil t, abaixo, portanto, do estoque de segurança, estimado em torno de 131 mil t (veja quadro).

Considerando os produtores/exportadores ainda existiria um razoável excedente exportável (118 mil t), mas, para a indústria, ao contrário, este excedente é insuficiente para que opere despreocupadamente. É importante também a constatação de que, na presente década, nenhum ano agrícola terminou com estoque inferior a 3 meses, o que, reflete o maior poder de pressão por parte do setor industrial, frente ao setor agrícola, junto ao governo.

Nas atuais condições de oferta não é, obviamente, de interesse da indústria que o produto seja exportado, pois isso acarretaria maiores pressões sobre os preços, que já vêm sofrendo majorações nominais intermitentes desde o início de agosto deste ano. Além disto, a indústria poderia, alegando redução física no seu estoque de segurança, pleitear importações sobre o regime de "draw-back", com o objetivo de arrefecer os preços internos.

Dificuldades para exportar

Vale destacar que não é somente a existência de um estoque tido como apertado pelas indústrias que impede a colocação do excedente no exterior. A época vantajosa para a exportação do algodão brasileiro (1º semestre do ano) já terminou. A entrada da safra do hemisfério norte, principalmente a dos EUA, com crescimento estimado em 30% acima da anterior, deverá reduzir os preços internacionais já neste mês (outubro).

Internamente, os preços deverão continuar subindo. A melhoria das condições internas de comercialização dos produtos têxteis acabados decorrente dos aumentos salariais reduziu os estoques lojistas finais. Assim, ocorreu um aumento da demanda do comércio por artigos de verão e, conseqüentemente, da procura pelo algodão. Também a perspectiva de que os reajustes semestrais de salário poderão distribuir, ao longo do ano, as aquisições de têxteis é fator de otimismo no setor industrial. Além disso, as indústrias nor-

destinadas de fiação estão adquirindo algodão do sul devido à escassez, no nordeste, dos tipos utilizados tradicionalmente. Estes fatores poderão suplantar fenômenos baixistas tais como a entrada da safra setentrional já neste mês e a liquidação da primeira (prorrogada de julho para setembro) e segunda parcelas dos EGF's contratados, na sua maioria, nos meses de março/abril deste ano.

CARNE

Uma alta especulativa

Iniciada em 1977, a atual fase da evolução cíclica dos preços da carne bovina no mercado interno vem adquirindo contornos mais expressivos que o ciclo anterior. O auge do último ciclo ocorreu justamente em 74, quando os preços atingiram níveis até então jamais alcançados. Mas, em julho de 1979, as cotações do boi gordo foram superiores em 22% (valor real) a média do ano de 1974. Em agosto, tal crescimento se acelera, verificando-se uma elevação nominal de 44,8% em relação ao mês anterior, com os preços atingindo Cr$ 1.000,00/arroba nas principais regiões produtoras do Estado de São Paulo. Esta aceleração acabou se constituindo em uma surpresa pois, para muitos, este teto somente seria alcançado em outubro, mês em que a escassez da entressafra é mais acentuada.

Tendo como pano de fundo uma reduzida oferta de animais para abate, essa inesperada alta dos preços (de forte componente especulativo) veio, de uma maneira peculiar, "contornar" o abastecimento de carne, através da redução na demanda. Se o governo tivesse acionado o tabelamento (ou mecanismos similares), impedindo uma alta tão acentuada dos preços, a pressão da demanda sobre a oferta seria ainda mais forte (pelo maior poder relativo de compra dos salários), e não haveria condições de satisfazê-la, diante dos reduzidos estoques oficiais e das elevadas cotações do produto no mercado internacional.

Com a perspectiva de que os preços do boi gordo se elevem ainda mais nos próximos dois anos, o centro da atenção governamental será o comportamento da demanda por essa carne comercializada a preços crescentes. Atualmente, já existem indícios de esfriamento da procura, justificada pelo menor crescimento da renda da população em confronto com a escalada da cotação da carne. Esse descompasso poderá resultar na geração de um "excedente", com o país voltando a adquirir a falsa imagem de exportador. Nesse particular, seja do ponto de vista do interesse do setor de produção, ou da balança de pagamentos, será preciso considerar a evolução da demanda internacional nos próximos anos.

Conforme a abordagem explicitada no "Prognóstico 79/80" (vol. 3. nº 7-8), a fase de recuperação dos principais rebanhos bovinos do mundo ocorrerá a partir de 1980, com a oferta de carne normalizando-se em 1982. Assim, percebe-se uma certa coincidência na evolução dos rebanhos brasileiro e mundial. Por outro lado, considerando que a produção do Brasil se dá a custos unitários mais elevados (em função dos baixos índices zootécnicos), fica a pergunta de como o país vai colocar carne no mercado externo daqui a três anos, em uma conjuntura que se prognostica como gravosa? Parece, então, contrariamente ao que se divulga, não interessar muito aos setores envolvidos no complexo carne uma alta desmesurada de preços, reduzindo acentuadamente o consumo da população.

Muito embora sejam benéficas para o país eventuais receitas de exportação, deve-se ter em mente que o consumo de carne bovina no Brasil é baixo quando comparado às economias desenvolvidas. Maiores distorções se verificam quando são contrapostos os dados de consumo total de pro-

teínas de origem animal, pois a utilização de carnes alternativas na dieta alimentar da população é ainda proporcionalmente mais reduzida. Nessa ótica, não seria relevante subtrair à oferta interna parte da produção e destiná-la ao mercado externo, aproveitando-se de uma conjuntura internacional um pouco mais atrativa.

A análise do perfil da produção de carnes no Brasil indica a necessidade de alterações no sentido de incrementar a oferta de pequenos e médios animais. Estes, além de serem produzidos a custos mais baixos, permitem maior flexibilidade no ritmo de crescimento, devido ao menor tempo necessário à produção. A avicultura, por exemplo, vem crescendo a taxas significativas desde o início da presente década. Com efeito, a relação quantitativa de produção carne bovina/carne de aves que, em 1973, foi da ordem de 5,0 deverá cair a 2,3 em 1979. Neste ano, espera-se um crescimento de 16% na produção de carne de aves, representando um acréscimo de mais de 100 mil t, em relação a 1978. A nível de produtor, a relação de preços boi gordo/frango, entre 1973 e 1978, cresceu de 1,39 a 1,82, o que mostra o maior crescimento relativo dos preços no mercado de bovinos.

Com a persistência do ritmo de crescimento que a avicultura vem auferindo, com a atividade suinícola também em expansão, e com a recuperação do rebanho bovino a partir de 1981 (e a concomitante elevação da oferta interna de carne) aliada à prognosticada recuperação da produção mundial, esboça-se, desde já, uma possível crise de saturação na oferta interna de carnes em geral, a menos que o crescimento da renda da população seja suficiente para contrabalançar o incremento da produção.

SUCOS

Otimismo no mercado

A previsão inicial da produção brasileira de cítricos este ano parece confirmar o otimismo existente entre os exportadores nacionais de suco concentrado e demais subprodutos. O Brasil, como primeiro exportador mundial de suco de laranja, é hoje responsável por 80% das exportações deste produto. Situação que deverá ser mantida em 1979 (ou até ampliada) em função dos contratempos climáticos que prejudicaram as safras norte-americanas nos últimos anos.

Desde a geada que ocorreu na Flórida, no final de 1977, a produção norte-americana não conseguiu voltar aos níveis anteriores. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a safra deste ano deverá apresentar uma queda de 7% em relação à estimativa inicial. Além disto, neste final de ano, cresce a expectativa de novas geadas na região Sul dos Estados Unidos, o que possibilitaria maior colocação do suco cítrico brasileiro no mercado internacional.

Vale ressaltar que os Estados Unidos, que concorre com o Brasil em alguns mercados, pois alia a condição de maior produtor à de maior consumidor de sucos cítricos, consomem 22% das exportações brasileiras. Neste quadro, para o Brasil, a conquista de novos mercados que não os tradicionais (EUA, Canadá e CEE), é fundamental, pois permitiria o rompimento desta dependência em relação ao comportamento da safra norte-americana. Novos clientes (como Japão e Europa Oriental), entretanto, ainda não são uma realidade. Assim, qualquer previsão para as exportações brasileiras passam pelo comportamento da safra norte-americana.

Este ano, a produção de laranjas dos Estados Unidos, anteriormente estimada em 8,3 milhões de toneladas, já foi reavaliada para 9,1 milhões de t. Ou seja: 7% a menos que a safra anterior. Segundo estimativa inicial do Departamento de Agricultura dos EUA, o inverno,

nos meses de janeiro e fevereiro, causou perdas na Califórnia, Texas e Arizona de 21%, 10% e 9% respectivamente. Estas, entretanto, já foram reavaliadas para perdas de 17% no Arizona e ganhos de 10% no Texas e 2,7% na Califórnia, perfazendo um total de 9% de perdas para a variedade valência, tipo que o Brasil produz e que é preferido pelo consumidor europeu.

Vantagens

Um outro ponto — e de suma importância — que traz grandes vantagens ao produto brasileiro, é o fato de seus custos de produção serem inferiores aos custos americanos em aproximadamente 35%. Além disto, para este ano, a estimativa inicial da safra brasileira de laranjas é bastante animadora. Segundo a FIBGE, a produção deverá alcançar 7,5 milhões de t, apresentando um aumento de 16% em relação à anterior, que atingiu 6,3 milhões de t.

Quanto à receita cambial, as estimativas são de melhoria. A previsão é de que sejam exportadas 340.000 t de suco concentrado, no valor aproximado de US$ 350 milhões, o que significa um aumento em relação ao ano passado, de 1,5% em termos de quantidade exportada e de 5% considerando o valor exportado. Isto porque as cotações do produto têm apresentado certa estabilidade, sendo que o valor médio da tonelada exportada está em torno dos US$ 970, pouco abaixo, em termos reais, da cotação do ano passado. As expectativas, entretanto, são de melhoria, pois os estoques dos países do hemisfério norte estão baixos, o que deverá sustentar os preços nos próximos meses.

Quanto à capacidade nominal brasileira de moagem do produto, estimada em 130 milhões de caixas, deverá passar para 160 milhões já em 1980, equivalentes a 6,5 milhões de t, o que deverá significar 80% da produção de laranjas projetada para o próximo ano.

Distorções

Entretanto, tratando-se do aumento da capacidade nominal da moagem de laranja, um aumento previsto da ordem de 30%, entre este ano e o próximo, não deverá ser acompanhado por um crescimento compatível da produção de laranjas, já que o crescimento da produção agrícola alcança em média 10% ao ano. Mas este não seria o principal ponto de estrangulamento do setor, pois a tendência da produção agrícola é de continuar crescendo, o que permitiria a retomada do equilíbrio por volta de 1982.

A manutenção do atual ritmo de crescimento é que talvez se constitua no maior problema do setor a médio prazo. Senão vejamos. Considerando a possibilidade da indústria absorver o aumento da produção agrícola, teria de existir uma saída para o crescimento da produção do suco cítrico. No entanto, o consumo de suco concentrado, no mercado interno, deverá permanecer estável e em torno dos 10% do total produzido anualmente, em razão, sobretudo, dos preços que se equiparam hoje aos do mercado externo, o que acaba restringindo a demanda à parcela de maior poder aquisitivo da população.

Quanto à possibilidade de ampliação das exportações, a única alternativa está na conquista de novos mercados. Aliás, tratando-se dos mercados tradicionais, vale observar que o consumo deste produto é muito sensível às variações de renda destes países. Tal fato explica o baixo consumo do produto no biênio 1973/74, quando da chamada primeira crise energética mundial. Esta característica do mercado de sucos cítricos não deixa antever grandes possibilidades de ampliação da demanda nos mercados tradicionais.

Como alternativa para os produtores e para o escoamento futuro da produção (considerando, é claro, a manutenção do atual ritmo de crescimento da cultura de laranjas), pode-se considerar a exportação de laranja "in natura", produto do qual o Brasil foi um dos quatro maiores exportadores no final da década de

50, perdendo esta posição para países como Israel e Marrocos, que se encontram mais próximos dos grandes centros consumidores. A perda desta posição se deveu, também, à implantação das grandes indústrias de fabricação de suco cítrico, o que redirecionou a produção brasileira. Atualmente, o Brasil detém apenas 0,7% do comércio internacional do produto. Entretanto, esta alternativa não seria viável sem profundas modificações no setor. Isto porque a produção brasileira não está sujeita a um controle de qualidade eficiente e o setor tem sérios problemas de estocagem, o que reduz as chances de concorrência no mercado internacional.

Por outro lado, não se pode deixar de levar em consideração a força do setor industrial de moagem de laranja. Apenas três empresas multinacionais detém 44,5% da produção nacional de suco cítrico e há possibilidade de que, em 1980 esta participação seja ampliada para 52,5% do mercado. Esta situação compromete o produtor brasileiro, cujos preços acabam sendo determinados pelo oligopsônio existente no setor.

TRIGO

Área plantada aumenta em 58%

A triticultura brasileira registrou grande expansão, em 1979, em função, basicamente, do segundo fracasso consecutivo com a soja e dos bons rendimentos obtidos na última safra, no Rio Grande do Sul. Assim, de acordo com o último levantamento realizado pelo DETRIG – Banco do Brasil, a área plantada com o cereal atingiu 4.104 mil ha contra 2.600 mil em 1978 o que representa um acréscimo de 58%.

A produção final, entretanto, ainda se constitui em uma incógnita, já que o Rio Grande do Sul, maior estado produtor, inicia sua colheita em outubro. Mesmo assim, é possível realizar algumas previsões. A euforia inicial desapareceu diante das adversidades climáticas. Somente as geadas que se abateram sobre o Paraná em julho reduziram a estimativa de produção do estado para 1,6 milhões de t ou 1.000 kg/ha. Apesar destes contratempos, estima-se uma produção recorde de 4 milhões de t.
constitui em um recorde.

Vale destacar ainda que as chuvas intermitentes de setembro encontraram os trigais do norte do Paraná e de S. Paulo em estágio avançado de maturação, quando a umidade, aliada ao calor, faz as sementes germinarem, impedindo a utilização do cereal para fabrico de farinha. No Rio Grande do Sul, geadas tardias, na segunda quinzena de setembro, certamente provocarão alguma redução no resultado final.

Os técnicos, contudo, acreditam que os prejuízos não serão substanciais, reduzindo apenas as produtividades daqueles dois estados a patamares relativamente mais baixos, mas ao redor ainda de 1.000 kg/ha.

Em termos de rendimento, Mato Grosso do Sul, com a colheita praticamente encerrada, é uma grande decepção. As geadas que se abateram sobre o Paraná alcançaram também, a região tritícola daquele estado. Nos 117,5 mil ha obteve-se apenas 75.000 t ou 630 kg/ha, rendimento bastante baixo considerando-se que, em 1978, a produtividade da região foi de 1.000 kg/ha. Aliás, tal rendimento havia estimulado o plantio, a ponto da área plantada com trigo ter sido mais do que três vezes superior à do ano anterior.

O trigo já colhido no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e adquirido pelo Banco do Brasil, (cerca de 1 milhão de t) tem apresentado bom aspecto, embora o restante a ser colhido, nesses três estados, possa ter o seu peso hectolítrico di-

minuido em conseqüência das chuvas.

Para o Rio Grande do Sul, há necessidade ainda de clima seco e luminosidade para que se efetue, em boas condições, o amadurecimento dos grãos. Neste caso, o estado poderá obter até, no máximo, 2,5 milhões de t o que estimularia a expansão do cultivo no próximo ano.

Em 1979, foram utilizadas 220 mil t de sementes para o plantio dos 2,18 milhões de ha no Rio Grande do Sul e as disponibilidades, para 1980 devem ser no mínimo 20% superiores à quantidade utilizada neste ano. Também o Paraná deve dispor deste insumo em quantidade suficiente para expansão de área, uma vez que já foram colhidas, naquele estado, 150 mil t de trigo destinadas a sementes.

A perspectiva de expansão do cultivo de trigo no país se constitui em fator bastante positivo, tendo em vista que o consumo brasileiro já atinge 6,2 milhões de t. A necessidade de diminuir a dependência externa aumenta, ainda, em função da vigência de elevadas cotações internacionais em 1979. Os preços do cereal no mercado externo aumentaram substancialmente em função da redução das safras soviética e da Europa Oriental e, apesar do bom desempenho norte-americano as perspectivas, a médio prazo, não apontam uma queda significativa das cotações do cereal em Chicago. O fundamento dessa afirmação encontra-se não só no balanço de oferta e demanda do mercado para o cereal mas, também na contínua queda de valor do dólar que costuma provocar elevação na demanda por "Commodities", especialmente trigo. Sendo assim, pode-se esperar substancial redução na gravosidade do produto nacional. Mesmo considerando que a possível retirada gradual do subsídio ao consumo do cereal acarretará uma diminuição da demanda interna, é oportuno reiterar a necessidade da manutenção do cultivo de trigo. Alguns motivos, além do encarecimento das importações em 1979, reforçam esta afirmação. Primeiro, o fato do trigo ser melhor opção de plantio no inverno, pois os demais cereais plantados nesta estação apresentam problemas de aclimatação semelhantes e possuem um mercado mais restrito. Além disto, é evidente que para ocorrer a substituição da farinha de trigo por outros tipos de farinhas seria necessário uma disponibilidade concreta destes gêneros para consumo.

A participação da produção brasileira no consumo interno do cereal deverá crescer de 41%, em 1978, para 58%, em 1979. Isto, caso não ocorram contratempos climáticos até o final da colheita. Cabe ressaltar, entretanto, que a superação deste patamar (de 58%) dependeria, a curto prazo, ou do aumento da área cultivada através da incorporação dos 2 milhões de ha de que o país dispõe, ou através da redução da demanda, via uma política de desestímulo ao consumo com uma retirada gradual dos subsídios. Esta última hipótese pressupõe uma forte expansão da oferta interna de outros alimentos. Isto porque, em última instância, o aumento do consumo ocorreu em resposta à relativa redução da disponibilidade interna de alimentos.

Nota: O comentário sobre trigo já estava na gráfica quando ocorreram as chuvas no Rio Grande do Sul nos primeiros dias de outubro. Inicialmente, estima-se que as perdas neste estado variem entre 20% a 30% da colheita. Isto significaria (considerando uma perda de 30%) uma queda de 600 mil t na produção nacional. Mesmo assim, a safra, que ficaria em torno de 3,5 milhões de t, ainda seria um recorde e representaria um aumento de 35% em relação a de 1978. Entretanto, estes dados somente poderão ser comprovados no final de outubro quando será conhecido, com precisão, o alcance das perdas sofridas.

DE 20/9 A 3/10

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 79 dez / 80 fev / 80 abr / 80 jun / 80 ago / 80 out / 80 dez	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-12%	-7%	10,62 (jan)	+7% / +17%	↗	Mercado do açúcar influenciado pelas altas do ouro, prata e cobre e pela expectativa de um consumo superior em 3 milhões de toneladas ao total produzido este ano.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, Cotton World Stat.	+3%	0%	63,78	+2% / +9%	→	Grande safra norte-americana 1979/80 pode ser contrabalançada por melhoria interna (EUA) na demanda e pela firmeza do mercado de metais preciosos.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+28%	-2%	139,37 (dez)	+3% / +7%	→	– Safra intermediária de Gana supera as previsões. – pressão de venda sobre os dois futuros mais próximos.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-26%	-8%	212,11 (dez)	-5% / 0%	↗	Países produtores latino-americanos reafirmam propósito de continuar a intervir no mercado através do Fundo de Bogotá, tendo em vista o insucesso das negociações na OIC.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

Agroanalysis, 3(9): 15-20,
Outubro 1979

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 79 dez / 80 fev / 80 abr / 80 jun / 80 ago / 80 out / 80 dez	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-17%	+1%	274,18	+3% / +14%	↗	– USDA estima em 25 milhões de t o volume de grãos a ser importado pela URSS em 79/80. – Nos EUA, incremento no rebanho de aves e suínos eleva o consumo de rações.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-1%	+2%	702,22	+2% / +9%	↗	Apesar da safra recorde norte-americana, a recente escalada dos preços do ouro e da prata tendem a elevar as cotações da leguminosa.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-11%	-5%	198,06	-3% / +6%	↗	Aumento da demanda interna norte-americana aliada à suspensão das exportações brasileiras representam fatores altistas no mercado internacional deste insumo.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-15%	-3%	436,66	+4% / +7%	↗	Aumento das compras soviéticas: já foram negociadas, para o 4º ano do acordo com os EUA (1º/10/79 a 30/9/80) 3,5 milhões de t, bem mais que em igual período do ano anterior. Como fator de alta há, ainda, a escalada das cotações dos metais preciosos e seus reflexos no mercado de "commodities".

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – *Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.*

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-12%	-13%	649,50	→	Entrada maciça da safra setentrional 1979/80 em outubro pode ser contrabalançada pela insuficiência de tipos melhores de algodão (mais utilizados pelas indústrias).
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-24%	-18%	918,00	↗	Possível eliminação do tabelamento acirra perspectivas altistas.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+10%	+6%	2.850,00	→	Aumentam as pressões, por parte dos produtores, objetivando obter melhor remuneração. Desejam aumento do preço de garantia ou redução do confisco cambial.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-33%	-7%	1.000,00	→	Acordo de preço no setor, gera expectativa de estabilidade até novembro (safra).

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

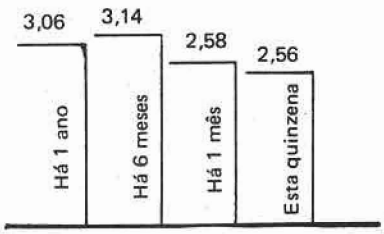
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-2%	+5%	725,00	→	Mercado se acalma à medida que se aproxima a entrada do produto da safra das águas.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	-26%	-13%	28,90	↗	Crescente participação do produto no mercado de carnes determina elevação do preço, embora descarte de poedeiras tenha afrouxado cotação do frango abatido.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+38%	+6%	143,00**	↗	Tabelamento suspenso. Produto importado será comercializado na Bolsa de Cereais de S. Paulo.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-27%	-5%	490,00	↗	Reduzidas disponibilidades de grãos no mercado interno, em função, não só da frustração de safra, mas também do aumento das exportações de farelo e óleo em relação ao mesmo período do ano comercial 78/79.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

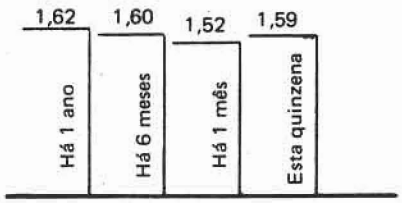
** Produto tabelado.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

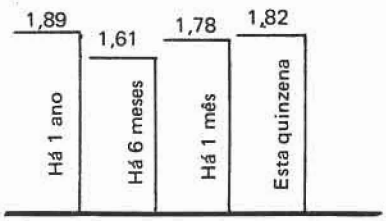
Soja / Milho



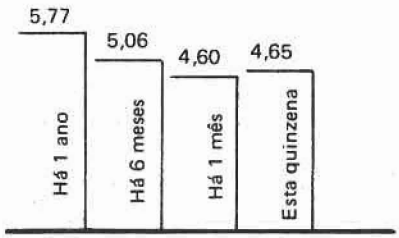
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



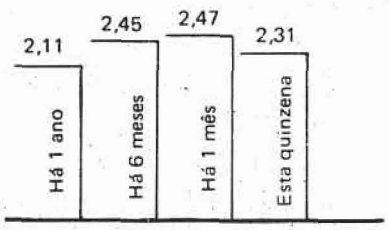
FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTA: O preço relativo soja/milho permanece, esta quinzena, praticamente inalterado em relação a um mês antes. No entanto, a comparação com a posição de 6 meses atrás revela uma queda de 18,5% neste indicador. Nesse período, a trajetória dos preços aponta um decréscimo de 6,1% para a soja, enquanto o cereal teve suas cotações elevadas em 15,0%. O comportamento dos preços no complexo soja deu-se em função das reavaliações de safra dos EUA que apontaram, sucessivamente, a expectativa de uma colheita cada vez maior, estimada atualmente em 59,2 milhões de t. *** Já o preço relativo trigo/milho evidencia uma singular estabilidade desde 1 ano atrás. Nesta quinzena, comparativamente a 1 mês antes, percebe-se um aumento de 4,6% nesta relação, decorrente, em boa parte, do impacto do mercado de "commodities" (principalmente o de metais) sobre as cotações do trigo (elevação de 3,5% no período citado). Conforme se relevou anteriormente, a cotação da soja vem denotando seguidas baixas desde 6 meses atrás. O algodão, por sua vez, valorizou-se em 5,8% no mesmo período. A estabilidade que se verifica neste mercado, ao comparar-se a posição da quinzena com a de 1 mês antes, deveu-se a uma ligeira recuperação da demanda interna pela fibra nos EUA e ao comportamento altista do mercado de metais, apesar da influência baixista advinda das reavaliações, para cima, da produção norte-americana e dos estoques mundiais. O preço relativo algodão/soja é superior em 13,0% e 2,2%, respectivamente, aos níveis de 6 meses e 1 mês atrás. *** A relação de preços algodão/milho, em queda desde há 1 ano, experimentou, esta quinzena, frente ao nível de 1 mês antes, uma ligeira recuperação, consubstanciada pela queda nos preços do milho no período. Com efeito, as crescentes reavaliações da safra norte-americana do cereal (estimada atualmente em 185 milhões de t) vem induzindo a uma depressão dos preços de mercado, não obstante a expectativa de apreciáveis incrementos nas exportações e no consumo interno de milho naquele país.

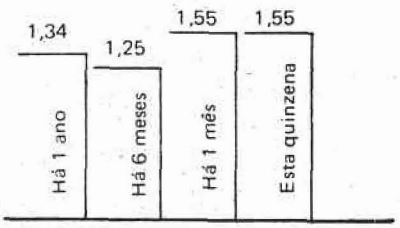
Agroanalysis, 3(9): 15-20,
Outubro 1979

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

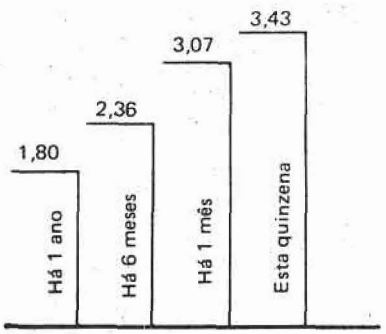
Boi Gordo / Frango Vivo



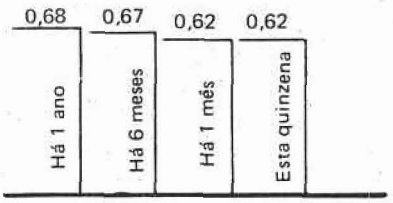
Frango Abatido / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

* * * A alta continuada dos preços do complexo carne reflete-se, esta quinzena, no preço relativo boi gordo/frango vivo, tendo o aumento (22,3%) no preço do kg da ave, em relação à posição de 1 mês antes, sido superior àquele verificado na cotação da carne bovina (14,2%). Desse modo, o preço relativo atual (2,31) diminuiu em 6,5% no referido período. Subjacente a esse movimento dos preços está a tendência de a carne avícola ampliar a sua participação no mercado de proteínas de origem animal, uma vez que o preço da carne bovina vem tornando seu consumo proibitivo para uma expressiva parcela da população. * * * O aumento similar ocorrido, esta quinzena, tanto no preço do frango vivo quanto no da ração para aves de corte (22,4%) manteve inalterado o preço relativo em relação àquele de há 1 mês. No entanto, o nível atual é 24% mais elevado do que aquele de há 6 meses, visto que, durante este espaço de tempo, os incrementos percentuais no preço da ave (72,7%) suplantaram, bastante, os do preço da ração (43,3%), evidenciando uma maior lucratividade do setor avícola. * * * A escassez de soja, agravada por exportações (no 1º semestre) acima do nível que seria desejável para não sacrificar sobremaneira o abastecimento interno, explica, em grande parte, a elevação de 59,7% verificada nos preços da leguminosa nos últimos 6 meses. O movimento ascendente do preço relativo soja/milho, desde 1 ano atrás, viabilizou-se sobretudo pela vigência do tabelamento dos preços do cereal no mercado atacadista das capitais. Porém, no mercado paralelo, o comportamento dos preços do milho revela altas mais expressivas que as experimentadas pela leguminosa. * * * As repetidas altas que se vêm verificando nas cotações do mercado de feijão, dada a pequena disponibilidade do produto, têm registrado maior intensidade nas variedades de cores, cuja média das cotações atingiu, esta quinzena, valor 50% mais elevado do que aquele de há 6 meses (no mesmo período, a elevação do preço do feijão preto foi de 39%).

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL